

UNIVERSIDADE
E D U A R D O
M O N D L A N E

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LICENCIATURA EM HISTÓRIA
TRABALHO DE CULMINAÇÃO DE CURSO

TORTURA COLONIAL NO SUL DE MOÇAMBIQUE 1950-1974

Discente:

Matias Gaspar Kumagwelu

Docentes:

Paulo Lopes, PhD
José Cláudio Mandlate, MA

Maputo, Novembro de 2023

TÍTULO DO TRABALHO: Tortura Colonial No Sul De Moçambique 1950-1974

Monografia apresentada em cumprimento dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em **História**.

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIENCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

DISCIPLINA: TRABALHO DE FIM DO CURSO

DOCENTES

(Doutor Paulo Lopes José)

(Mestre José Cláudio Mandlate)

Maputo, Novembro de 2023

Trabalho de Fim de Curso, sendo esta a primeira versão apresentado em cumprimento dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em História, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

Licenciando: Matias Gaspar Kumagwelu

Orientadores:

Paulo Lopes, PhD

José Cláudio Mandlate, MA

Maputo, Novembro de 2023

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Matias Gaspar Kumagwelu, declaro por minha honra que este trabalho é resultado das minhas pesquisas pessoais e das orientações do docente, feito segundo os critérios em vigor na Universidade Eduardo Mondlane. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente indicadas no texto e na bibliografia. Declaro também, que este trabalho não foi apresentado de forma parcial nem na íntegra, em nenhuma instituição de ensino para obtenção de qualquer Grau Académico.

(Matias Gaspar Kumagwelu)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha esposa Maria Abel Albano e meus filhos, Hilária M'medhaho Kumagwelu, Ananeka Matias Kumagwelu, Carmen da Sílvia Gaspar Kumagwelu, Marieta Matias Kumagwelu, Delfina Cristóvão Mwanga, Valério Constâncio. Dedicatórias vão também para os meus docentes e colegas da turma que, directa ou indirectamente contribuíram para que o acto testemunhado hoje, fosse uma realidade.

AGRADECIMENTOS

Endereço os meus eternos agradecimentos a todos vocês que estiveram na grande caminhada acadêmica de 4 anos, visando a obtenção desse grau de licenciatura em História que tanto precisava para a minha vida.

De seguida os alvos da minha gratidão são os docentes do Departamento de História, em especial ao meu orientador José Paulo Lopez, PhD e Cláudio Manjate, Mestre, pela orientação exaustiva no processo da elaboração do trabalho.

Estendo os meus agradecimentos aos meus irmãos Guilhermina Gaspar Kumagwelu, Jacob Gaspar Kumagwelu, Cristina António, Francisco Mwanga, Verónica Omar, Martins Gaspar Kuamagwelu, Mariana Gaspar Kumagwelu, Gilberto Gaspar Kumagwelu e minha sobrinha Marta Rafael Chande e a todos funcionários da Universidade Eduardo Mondlane.

SIGLAS

PIDE- Polícia Internacional de Defesa de Estado;

FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique;

DGS- Direcção Geral de Segurança;

IDN- Inquérito Demográfico Nacional

MANU- Mozambique African National Union

UNAMI - União Nacional Africana de Moçambique Independente

UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique

RESUMO

Nesta pesquisa foram analisadas as determinantes sócio-políticas que legitimaram as incursões desumanas da PIDE na zona sul do país.

Neste trabalho argumentamos que as torturas levadas a cabo nos anos 50 a 1974 pelo governo colonial não podem ser vistas como exclusivas de um contexto político precipitado pela guerra de libertação nacional, tal como é referido na pouca literatura existente sobre este assunto, mas antes, notamos que o colonialismo institucionalizou a violência como forma de vincar as disparidades e manter a superioridade dos colonos em detrimento dos indígenas.

Para realização do mesmo trabalho, foi desenhada uma metodologia qualitativa, de cariz dedutiva e que procede de forma monográfica, pelo que se analisam casos particulares que se esperam que sejam representativos dos outros.

Concluimos que a violência colonial foi sempre institucionalizada a fim de reduzir os moçambicanos à insignificância, evitando com que os mesmos se rebelassem ou mostrassem qualquer forma de resistência. O terror das torturas era usado como mecanismo de manutenção da ordem colonial vigente.

Palavras-chave: Colonialismo; Tortura; PIDE, Moçambique.

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA	I
DEDICATÓRIA.....	II
AGRADECIMENTOS	III
SIGLAS	IV
RESUMO	V
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO.....	6
1. APRESENTAÇÃO DO TEMA	6
2.OBJECTIVOS	8
2.1.Geral:	8
2.2.ESPECÍFICOS:	8
3. JUSTIFICATIVA	8
4. REVISÃO DA LITERATURA	9
5. PROBLEMATIZAÇÃO.....	11
6. METODOLOGIA.....	13
6.1. Método de abordagem	13
6.2. Método de procedimento	13
6.3.Técnicas de recolha de dados	14
6.4. Técnica de análise de dados	14
CAPÍTULO II.....	15
1.CAUSAS DA TORTURA COLONIAL EM MOÇAMBIQUE	15
1.1.Violência Estrutural.....	15
1.2. Advento dos movimentos de Libertação Nacional.....	16
CAPÍTULO III	18
1. INSTITUIÇÕES TORTURADORAS.....	18
2.POLÍCIA INTERNACIONAL DE DEFESA DO ESTADO.....	18

3. ATRIBUIÇÕES DA PIDE	20
CAPÍTULO IV	23
1. MANIFESTAÇÃO DA TORTURA COLONIAL NA ZONA SUL DE MOÇAMBIQUE 1964-1974	23
1.1. Do Ibo ao Algarve: Da tortura à morte.....	23
1.2. Tortura da Vara e Outras	23
1.3.A tortura do sono	24
1.4. Dezenas levados em Jipes.....	26
1.5. Interrogatórios na Vila Algarve.....	27
1.6. Um branco em quem confiar	28
1.7. Regra de ouro: nunca começar pela primeira cela.....	29
1.8. Fazer chegar a carta ao Marcelo Caetano	31
1.9. DGS defende-se como pode	33
1.10. “Foi terrível”	34
1.11. Nunca mais cortou a barra	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	37
ANEXOS	40

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1. APRESENTAÇÃO DO TEMA

É sabido que durante o século XX o continente africano encontrava-se sob domínio colonial Europeu. O colonialismo em África sempre se apresentou como um mecanismo de exclusão dos indígenas e sobrevalorização da raça branca em detrimento da negra. Em Moçambique o colonialismo apresentou-se sem excepção alguma, sendo assim, Moçambique tornou-se numa colónia Portuguesa.

Esta pesquisa tem como objecto de análise, as determinantes sócio-políticas e históricas das incursões desumanas da PIDE/DGS à Sul do Save, nisto pretendemos analisar as estruturas de violência com especial atenção para a tortura colonial na região Sul, num período de conflitos.

Assim, a nossa extensão temporal é de 10 anos, sendo o primeiro ano 1964 e o último 1974. É relativamente importante ressaltar que, a tortura era perpetrada pelo regime colonial Português, que usava de forma oficial as instituições de segurança e controle instituída pelo governo colonial Português, a PIDE/DGS. Com a pesquisa pretende-se demonstrar a forma que o governo Português usava para salvaguardar os seus interesses nas colónias, e para a manutenção da ordem pública dentro das suas colónias. Segundo a revista fanoniana, a tortura estabelece um paralelismo entre o conceito, entendido como parte da ordem colonial. E por consequência, do maniqueísmo e do racismo daí derivados.

Durante a guerra colonial o fenómeno tortura passou a ser mais violenta e profissionalizada buscando mais métodos e instrumentos novos. De acordo com as leituras, relatos com base nas entrevistas dos antigos presos trazem um conhecimento da situação vivida pelas vítimas. Em Moçambique, durante o primeiro ano de independência, os presos nas cadeias coloniais foram libertados à luz da mudança do regime, como o resultado da longa marcha política travada pelo povo moçambicano no período em que o regime estava em vigor, confessar rapidamente ou não, os presos iam logo para à Kula.

Este trabalho encontra-se estruturado do seguinte modo: depois da parte introdutória onde faremos a apresentação do objecto de estudo, bem como a indicação dos procedimentos metodológicos que possibilitaram a realização do mesmo, discutimos

suscintamente a literatura existente sobre este assunto, o que culmina com a proposta de um problema de pesquisa que nos forneceu uma pergunta que nos serviu como um fio condutor de raciocínio.

Discutiremos no capítulo seguinte aquilo que são as causas levantadas pela literatura existente, serão levantadas as motivações da gestão colonial para justificar as diversas atrocidades ocorridas durante o período de luta pela libertação nacional. Posteriormente faremos uma breve descrição das organizações de tortura. Logo a seguir encerramos a discussão com a apresentação exaustiva das formas pelas quais se manifestava a violência colonial, traduzida em torturas.

2.OBJECTIVOS

2.1.GERAL:

- Analisar as determinantes sócio-políticas da tortura colonial no Sul de Moçambique, entre 1950-1974.

2.2.ESPECÍFICOS:

- Apresentar as causas da tortura colonial no Sul de Moçambique, entre 1964-1974;
- Descrever as instituições torturadoras do sistema colonial presentes no sul de Moçambique;
- Descrever as manifestações das torturas no Sul de Moçambique, entre 1964-1974.

3. JUSTIFICATIVA

A escolha deste tema, sobre as determinantes sócio-políticas da tortura colonial, na região Sul de Moçambique entre 1964-1974, foi motivada por diversos factores, destacando-se os seguintes: constitui uma área de estudo pouco abordada em estudos historiográficos em Moçambique; a existência de um conjunto literário favorável para o avanço do tema e por fim, pelo interesse individual. Olhando para o Sul de Moçambique como área deste estudo, encontramos alguns locais de interesse desta pesquisa nomeadamente, Cadeia da Machava, de Mabalane, Ilhas Xefinas.

A nossa demarcação temporal justifica-se pelo facto das torturas coloniais terem-se agudizado mais no início da década de 1960 com a eclosão da guerra de libertação em Moçambique, onde o regime colonial tentava, através das torturas, extrair todo tipo de informações sobre a organização política que pretendia libertar o país. Este facto justificava também as acções da PIDE, o fim das torturas coloniais deu-se no início da década de 1970 com o fim da colonização em Moçambique.

De acordo com algumas leituras feitas, percebe-se que, a tortura condensou-se durante o período em análise, onde foi encontrado como principal factor a insatisfação e desobediência da População de Moçambique. A zona Sul foi seleccionada, pelo facto de ter sido onde vários proeminentes opositores levantaram-se contra o regime colonial português, região que albergava a capital da colónia de Moçambique, Lourenço Marques e estavam sediadas algumas cadeias, com destaque, Machava, Mabalane, Xefinas, Vila Algarve que funcionou como a Sede da PIDE/DGS em Moçambique. O

estudo é pertinente na medida em que contribui para a compreensão do itinerário da colonização em Moçambique, principalmente, na zona Sul.

4. REVISÃO DA LITERATURA

Esta revisão da literatura traduziu-se numa pesquisa bibliográfica, sedimentada na construção mais descritiva do objecto de investigação, pelo que, serão aqui arrolados estudos que descrevem algumas determinantes da tortura na colónia de Moçambique até o ano de 1974, procedemos deste modo, pois, indagamo-nos sobre os reais interesses ou finalidades das torturas levadas a cabo pelo regime colonial português, através de um organismo denominado de PIDE/DGS.

Barbosa (2017) procedeu a uma sumarização de alguns depoimentos que servem de fotografia do status das prisões e locais de tortura. Este autor atesta que, a tortura deve ser entendida de forma sistémica, como parte da ordem colonial. E, por consequência, do maniqueísmo e do racismo daí derivados. Fomos convidados a concordar logo a primeira com este autor, pois quando olhamos para autores como Santana (2011), concluímos que o sistema colonial é melhor caracterizado como uma forma de violência em todos seus elementos. Neste diapasão, a guerra colonial mudou a tortura, que passou a ser mais violenta (conforme os combates prosseguiam) e “profissional”, buscando métodos e instrumentos novos.

Com efeito, numa sociedade onde a dinâmica económica não foi suficiente para aglutinar seus estratos sociais em torno de uma tensão entre donos dos meios de produção e trabalhadores uma vez que mesmo os colonos portugueses eram, ao menos no campo, em grande maioria, colonos pobres ligados à técnicas e instrumentos rudimentares, tal violência se fez necessária justamente para manter uma estrutura de exploração que se viu relegada à marcadores raciais, que expôs o moçambicano ao trabalho forçado no campo e, na melhor das hipóteses, ao subemprego mal assalariado nas cidades. (Pereira, S/d)

Autores como Facco (S/d), atestam que, no período compreendido entre 1964 e 1974, assistiu-se uma maior repressão e a tortura foi se configurando um pouco mais intensa contra os povos indígenas, isto é, contra os moçambicanos, principalmente contra àqueles que eram suspeitos de integrarem à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Estes suspeitos eram capturados na rua, em casa, no trabalho ou na escola

e eram levados para PIDE/DGS- (Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direcção-Geral de Segurança), a fim de serem interrogados e darem os seus depoimentos, declarando fazer parte da Lei. Para conseguir o que queriam ouvir, eles usavam da força bruta e de vários acessórios a fim de espancar aqueles que estavam sendo investigados, (Facco, p21).

Em Mueda, no Norte de Moçambique, aparentemente, matava-se muito dentro e fora das cadeias e do quartel local. Fora das cadeias, as matanças eram organizadas pela Direcção Geral de Segurança (PIDE/D.G.S), pelo exército e pelos “flechas”. Estes reuniam as pessoas nas casas e ateavam fogo nelas. Ir preso, era sorte, pois, podia-se sobreviver (Vicente, 1977: 48).

Segundo um depoente, em 30 de Setembro de 1964, por exemplo, houve um mal-entendido que levou a morte de dezenas de pessoas nas aldeias. Uma sentinela teria atirado sem querer com sua própria arma, o que levou o exército a abrir fogo contra a população, pois se imaginou que, era um ataque da FRELIMO. Após isto, teriam se iniciado as torturas mais pesadas nas aldeias, com enforcamentos, pessoas enterradas vivas etc (Francisco, 1977: 56-57).

Pelo que se pode absorver dos depoimentos, na cadeia de Mueda, o número de mortes deveria ser enorme. Um preso recorda-se de treze mortos, nos poucos dias em que lá esteve (José, 1977: 69). Outro disse que, foi preso com outras trinta pessoas, e depois de cinco dias, só havia treze delas vivas.

Aí se chega numa questão importante. O importante não era conseguir informações. Era “mostrar serviço”. Ou seja, “fechar os processos”, que eram abertos em nome dos agentes, quando estes levavam os depoentes para às prisões e os D.G.S. locais. De um modo geral, só após “fechar o processo”, é que os agentes enviavam os presos para a segunda fase do pesadelo: a Ilha de Ibo. Cabe aqui ressaltar que, notamos uma relativa escassez de materiais que se dedicam ao debate exclusivo da violência colonial, em qualquer das suas variantes, mesmo assim foi possível, através desta revisão elencar alguns determinantes sócio-políticos que influenciaram a tortura de vários moçambicanos pelos portugueses. Depois de ler os autores acima citados concluímos que, a tortura encontravam fundamentação pelo:

Contexto Colonial: Durante o período mencionado, Moçambique estava sob domínio colonial português. A resistência à colonização desencadeou uma série de conflitos e contribuiu para a prática da tortura. Outrossim, Daie (2015), argumenta que: tal violência, perpetrada no contexto colonial se fez necessária justamente para manter uma estrutura de exploração que se viu relegada a marcadores raciais, que expôs o moçambicano ao trabalho forçado no campo e, na melhor das hipóteses, ao subemprego mal assalariado nas cidades.

Guerra de Libertação: O início da Guerra de Libertação de Moçambique em 1964 marcou um período de intensificação da violência, com ambos os lados envolvidos em táticas brutais, incluindo tortura. Neste período, como mostra Daie (ibdem), a tortura era dirigida, principalmente pela PIDE, o que terá sido em confronto directo com a actuação ou manifestação política dos indígenas, citando o exemplos de artista que buscaram através das suas manifestações artísticas e públicas para combater e mostrar a sua indignação contra o colonialismo português, a repreensão é retratada pela prisão de Malangatana e outros artistas que mantiveram durante toda a vida uma postura de intervenção, fortemente marcada pelo humanismo e pelo espírito de contestação que o levaram, durante o ultra-colonialismo português, a bater de frente com o sistema de dominação e a apoiar a guerrilha de libertação de seu país na década de 1960, pela PIDE.

Factores Sociais e Étnicos: Questões sociais e étnicas, foram usadas de forma horizontal e vertical para promover ainda mais a tortura, como pode-se ler em Barbosa (2017) e Daie (2015), os oficiais da PIDE fomentavam dentro das prisões conflitos entre indivíduos de etnias diferentes e rivais. Outrossim, Daie (2015), refere que, as torturas serviam cada vez mais para destacar as diferenças entre colonos portugueses pobres e os indígenas, estes conflitos sociais e étnicos desempenharam um papel importante na dinâmica da tortura em Moçambique, com diferentes grupos étnicos frequentemente envolvidos em conflitos.

5. PROBLEMATIZAÇÃO

O continente africano esteve sob o jugo colonial, durante longos e amargos anos. Durante o referido período em alusão, a população africana tornou-se submissa e subalterna aos colonizadores europeus. Com o intuito de inverter essa situação os

africanos organizaram-se em movimentos de resistência com vista a alcançar a liberdade e a soberania nos seus territórios, neste contexto de lutas, aglutinou-se a violência praticada a serviço do governo colonial português.

Nesta ordem de ideias, Fanon, aponta dois factores que fornecem uma compreensão ampla em torno da tortura colonial e suas tendências, baseando-se na tortura colonial, submetida aos argelinos, pelos colonizadores franceses. O primeiro é que, para o autor, a tortura torna-se cada vez mais cruel conforme a guerra anti-colonial progride. Afinal, segundo ele, os torturadores, além de trabalharem cada vez mais, vêm seus esforços tornarem-se vão, com o avanço da luta pela independência nacional (Barbosa, 2017:67).

Em segundo lugar, diz o autor que, os serviços da PIDE/DGS passaram a torturar em Moçambique de forma sistemática a partir de 1964, tentando desmantelar a luta de libertação nacional do país, em simultâneo ocorreu uma mudança qualitativa desta violência institucional. A tortura tornou-se profissional, ou, pelo menos, buscou tal profissionalização, tornando-se cada vez mais abjecto na busca de seu objectivo primordial: conseguir informações úteis da forma mais rápida possível. A tortura teria ganhado métodos, técnicas, instrumentos e mesmo filosofias novas (Barbosa, 2017:75).

Borges (2003), afirma que a memória da violência colonial, especialmente, configura-se como um dos mais importantes vectores na constituição da experiência e da subjectividade. (Borges, 2003:321). Assim como Mbembe (2001), o estado da violência colonial é uma experiência cultural comum no continente africano, que molda identidades, do mesmo modo que a família, a escola e outras instituições sociais. Pode-se perceber, então, uma relação entre memória, esquecimento, trauma e fantasmagoria. (Mbembe, 2001: 194).

Ora, a zona Sul de Moçambique foi marcada pelo terror que ocupa espaços em todo território nacional. Nessa zona, a violência (torturas, mutilações, assassinatos) deixou o próprio corpo marcado pelo sofrimento, estigma que se carrega e através do qual se dissemina continuamente o terror. Dessa forma, o trauma foi algo permanente e incorporado. A cidade e o campo (este ainda mais), eram palco de repressão constante, como lembra José Luís Cabaço, já que uma miríade de práticas discriminatórias e de marginalização representava a vida em Moçambique, expressão maior de um sentimento de casta superior, profundamente enraizado no subconsciente de cada colono

e no consciente colectivo da comunidade branca. A guerra de libertação nacional, iniciada em meados de 1960, acirrou ainda mais as contradições dentro do regime administrativo português, (Cabaço, 2009: 224).

Fanon mostra-nos que, a tortura, longe de ser uma excepção, era a regra de uma configuração colonialista, estruturada pela dominação policial, pelo racismo sistemático e por um processo de desumanização racionalmente perseguido. O que leva-nos a formular a seguinte pergunta de partida: **Quais são os determinantes sócio-políticos que justificaram a perpetuação de torturas pela PIDE a Sul do Save de 1964-1974?**

6. METODOLOGIA

Esta secção é direccionada a descrição pormenorizada de todas as opções metodológicas que permeiam este trabalho. Trata-se de um estudo qualitativo que decorre de uma forma monográfica, o mesmo consistirá na selecção e leitura exploratória de documentos relevantes para os objectivos que o estudo se propõe a atingir. Quanto aos procedimentos, utilizar-se-á a pesquisa documental/bibliográfica.

6.1. MÉTODO DE ABORDAGEM

Segundo Makoni e Lakatos (1992), o método indutivo pressupõe a existência da indução que se traduz num processo mental através do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objectivo dos argumentos, é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

6.2. MÉTODO DE PROCEDIMENTO

Esta pesquisa ancora-se ao método monográfico, uma vez que este pressupõe que o estudo de um caso em profundidade pode ser representativo de outros casos semelhantes (Gil, 2008). Assim, a escolha deste método de procedimento justifica-se pelo objectivo que guia esta pesquisa, uma vez que a mesma visa a analisar os determinantes sócio-políticos da tortura no Moçambique colonial, no período compreendido entre 1964-1974.

6.3. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS

Para a realização desta pesquisa, foi usada uma pesquisa documental e bibliográfica que, segundo Fonseca (2002), é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e electrónicos, como livros, artigos científicos, páginas de Web site.

Bem, qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Esta escolha justifica-se pois, o nosso objectivo inicial com esta pesquisa, é de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema ao respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002).

A pesquisa documental e bibliográfica foi realizada a partir de vários documentos, físicos e electrónicos que versam profundamente sobre o tema. Estes documentos foram recolhidos em vários arquivos ou instituições. Primeiro, na Biblioteca Brazão Mazula da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), na Biblioteca Nacional, na Biblioteca de Centros de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane. Outros documentos foram conseguidos através de pesquisas livres em repositórios digitalizados que merecerão a devida menção nas referências bibliográficas.

6.4. TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Nesta pesquisa, a técnica de análise de dados seleccionada, é a análise de conteúdo, uma vez que, esta nos permite, construir o conhecimento partindo dos discursos e ou relatos emanados pelos informantes. Outra vantagem desta técnica de análise dos dados é o facto de poder integrar o contexto social em que são construídos os tais discursos ou relatos. A análise de conteúdo a ser usada nesta pesquisa mostra-se útil por permitir captar determinadas representações e percepções sociais da tortura colonial. (Quivy e Campenhoudt, 2008).

CAPÍTULO II

1.CAUSAS DA TORTURA COLONIAL EM MOÇAMBIQUE

A literatura analisada nos conduziu a uma sumarização das principais causas da violência colonial, é útil ressaltar que, as principais causas são de ordem social e política. Nisto o contexto colonial e seu funcionamento institucionalizam a violência contra os negros “indígenas”, vamos a seguir, descrever como o contexto colonial, as lutas de resistência e as diferenças étnicas contribuíram para massificação da violência colonial, com especial atenção a tortura.

1.1.Violência Estrutural

Constatámos que, o período colonial em Moçambique, não eram raras as denúncias de como no de leis de excepção proibiam o direito de cidadania para quem não fosse assimilado. Todas tentativas que tinham em vista reclamar algum tipo de direito por parte dos “indígenas”, recaiam sobre as pesadas mãos da polícia e de tribunais especiais que reprimiram-nas ferozmente. Apesar da brutalidade do regime, houve quem aproveitasse a calada da noite para distribuir panfletos a desafiar o poder, mesmo na capital, em Lourenço Marques, corria o ano de 1949 e um grupo de jovens, assinando os humanos tinha gravado um comunicado, em stencil para não ser identificado. Terminada a II Guerra Mundial, as nações aliadas tinham derrotado o nazismo e o fascismo, era, pois, então, a vez de o colonialismo ser combatido.

Descobertos, alguns desses elementos foram presos pela polícia e, transferidos para a metrópole e lá foram aprisionados. Os custos sociais do colonial-capitalismo, de que falam os historiadores Allen e Barbara Isaccman, mostram-nos bem os métodos utilizados pelo regime para prevenir qualquer manifestação da oposição africana, isto é, o controle da educação, o trabalho forçado, a deportação, repressão policial e militar, controle dos movimentos dos africanos através da imposição de horas de recolher e do sistema de passes, a censura severa dos jornais, dos livros, dos filmes e discos, a tortura, a prisão sem julgamento, as execuções sumárias e o terror. A estratégia da resistência foi, então de se refugiar em territórios limítrofes de Moçambique, aproveitando a existência de um grande número de exilados, atraídos pela possibilidade de trabalho nessas zonas. Com a organização em movimentos independentistas, dava-se assim, o salto qualitativo da ruptura do protesto para a acção armada, (Olga, p.4).

1.2. ADVENTO DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Os movimentos de libertação da Colónia de Moçambique constituíram-se progressivamente-a MANU, (Mozambique African National Union/União Nacional Africana de Moçambique), em 1959, a partir de associações mutualistas, entre essas, a União Maconde de Moçambique, fundada em 1954; a UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente), em Maio de 1960, na base da Associação Nacional Africana de Moatize, fundada em 1959; a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique) a 2 de Outubro de 1960; e a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), da união dos três movimentos a 25 de Junho de 1962. Esses movimentos tinham como denominador comum, a independência de Moçambique, mas com estratégias diferentes. O advento dos movimentos nacionalistas em Moçambique, constituiu uma grande ameaça para o regime militar português, que cada vez mais condensa as torturas e as repressões, (Olga, p.14).

A União Nacional Africana de Moçambique tinha como base social elementos do Povo Maconde, moçambicanos exilados na Tanzânia, que fugiram para a outra margem do Rio Rovuma, da repressão colonial portuguesa. Os exilados, moçambicanos e alguns tanzanianos de origem moçambicana constituíram nos anos 50, vários organismos mutualistas. O massacre de Mueda, a 16 de Junho de 1960 parece ter sido o acontecimento político mais próximo a dar visibilidade ao movimento de massas Macondes. Numa carta que a PIDE teve conhecimento, retirámos o seguinte extracto significativo:

“Esta coisa da independência do Congo está a dar-nos água pela barba, e a coisa por aqui não está tão calma como parece, pois dias antes dessa independência estúpida, tivemos uma sarrafusca aborrecida, para meter na ordem milhares de pretos Macondes, alguns dos quais se apresentaram com faixas onde se lia a inscrição Macondes Livres. Calcula-se em cerca de 5.000 o número de negros que sitiaram a Administração de Mueda. As tropas aero-transportadas, que foram as primeiras a chegar, puseram logo a questão em pratos limpos à primeira rajada de metralhadora. Os que não caíram cavaram conforme puderam subindo a mais de 2.000 o número de bicicletas deixadas, cujos donos não apareceram. Em buscas minuciosas feitas ao prosseguimento da operação, através da selva, só se

encontraram mulheres e crianças, além de uma considerável quantidade de armas ligeiras das mais modernas, cuja procedência se mantém em segredo, mas que se diz serem de fabrico russo”, (Olga, p.10).

CAPÍTULO III

1. INSTITUIÇÕES TORTURADORAS

Como forma a institucionalizar a violência e manter a ordem, em Portugal bem como nas suas colónias, manteve sua segurança sobre a regência da Polícia Internacional de Defesa do Estado, ou simplesmente, PIDE. Esta instituição colecionou alguma fama pelos relatos dos indivíduos que saíam de lá vivo, isso pelos métodos e técnicas de tortura que eram empregados nas suas zonas de actuação.

2. POLÍCIA INTERNACIONAL DE DEFESA DO ESTADO

Depois da segunda Guerra Mundial, o regime salazarista mudou o nome e atribuições de algumas das suas instituições, entre as quais, a Polícia Política, Polícia de Vigilância de Defesa do Estado (PVDE), que se passou a designar por Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE). Sendo concebida como organismo autónomo de Polícia Judiciária.

A PIDE, foi criada pelo Decreto-Lei número 35/046 de 22 de Outubro de 1945, em substituição da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), sendo considerada um organismo autónomo da Policia Judiciária e apresentada como seguindo o modelo de Scotland yard, mas foi de facto o prolongamento da PVDE, criada com a consultoria dos fascistas italianos e da Gestapo alemã e continuaria, sob o nome de Direcção Geral de Segurança, depois de 1969 e até a Revolução do 25 de Abril. A PIDE desempenharia tanto funções administrativas como funções de repressão e de prevenção criminal.

Nas eleições presidenciais de 1958, em que o General Humberto Delgado, um dissidente do Estado Novo, concorreu como candidato de toda a oposição contra o do regime, Almirante Américo Tomás, a PIDE introduziu os seus informantes por todo o lado. No entanto, não terá sido eficaz no seu chamado carácter preventivo, pois não conseguiu impedir a intensa agitação social e política que então se fez sentir em Portugal em torno de Humberto Delgado, obrigando mesmo à necessidade da intervenção do Exército, que prontamente acudiu o regime, no restabelecimento da ordem pública. Entretanto, surgiam, no final da década de cinquenta, no terreno político, novos opositores ao regime e, por conseguinte, novos alvos da PIDE, até então silenciosos. Entre estes, contaram-se alguns católicos “progressistas”, bem como civis e militares, que participaram, em 1959, num novo golpe militar, mais uma vez falhado, devido à infiltração da PIDE (Figueiredo, 2007: 200).

Esta instituição foi concebida como um organismo autónomo de Polícia Judiciária, sob tutela do Ministério do Interior, e com funções administrativas e de repressão e prevenção criminal, relativamente a infracções praticadas por estrangeiros, ao regime de passagem de fronteiras, aos crimes de imigração clandestina e engajamento bem como aos crimes contra a segurança exterior e interior do Estado. Cabia ainda a PIDE, fiscalizar as agências de emigração e de passagens de passaportes, vigiar terroristas, suspeitos de actividades contra a segurança exterior ou interior do Estado e as associações destinadas à prática de crimes cuja instrução preparatória fosse da sua competência. Centralizando, no seu seio, todos os organismos com funções de prevenção e repressão política dos crimes contra a segurança interna e externa do Estado, resultante de uma prévia unificação e reestruturação de corpos policiais anteriormente existentes, a PIDE conservou a instrução preparatória dos processos respeitantes à esses delitos.

Era a PIDE, que determinava o regime de prisão preventiva, nos crimes que elas diziam respeito. A prisão sem culpa formada podia ir até três meses, período passível de se estender ainda por mais duas etapas de quarentena e cinco dias cada. O pedido de prorrogação era feito ao Ministério do Interior, que o concedia sempre situação essa que possibilitou a PIDE prolongar até seis meses o tempo de prisão sem a assistência de advogado de defesa e sem intervenção de qualquer instância judicial, apenas submetida à fiscalização estritamente administrativo-hierárquica, (Paulo, 2003:555).

De acordo com a Revista Tempo (1974), no rol do sistema de torturas os quadros da PIDE/DGS eram constituído por 1.013 membros dos quais, dois Directores de Serviço, oito Inspectores-Adjuntos, quinze Inspectores, trinta Sub-Inspectores, sessenta Chefes de Brigada e duzentos Agentes de Primeira Classe. Deste topo para baixo, situavam-se os Agentes de Segunda Classe e Auxiliares do Quadro, número que ascendia precisamente a 1.013 elementos (Revista Tempo nº196, 1974: p.9).

Segundo Duncan (2021), após a criação da PIDE em 1945, a instituição conheceu os seguintes Directores:

- Capitão Agostinho Lourenço (1945-1956)
- Capitão António Neves Graça (1956-1960)
- Coronel Homero de Matos (1960-1962)
- Major Fernando da Silva Pais (1962-1969), (Duncan, 2021:42).

3. ATRIBUIÇÕES DA PIDE

A PIDE tinha desde logo, poderes instrutórios e era ela que geria a prisão preventiva e a medida de segurança provisória, que permitia a essa Polícia prender sem julgamento e controle judicial até um ano e seis meses. Por outro lado, era ela que propunha a prorrogação da medida de segurança após o cumprimento da pena decretada em julgamento no Tribunal Plenário. Ou seja, um preso condenado a prisão maior de dois anos ou mais, era também sentenciado a uma medida de segurança que podia ser prorrogada por vários períodos que iam de seis meses a um ano, enquanto a Polícia Política o considerasse perigoso. Esses poderes relativos à medida de segurança foram aumentando ao longo dos anos, (Albuquerque, 2003:552).

Os PIDES, estavam sujeitos ao foro militar e segundo as regras processuais para ela estabelecidas, não se previam prazos de prisão em culpa formada. A partir de 1947, as medidas de segurança, habitualmente aplicada aos chamados “loucos” incorrigíveis, bem como, também a interdição de saída, a fixação de residência e a expulsão do país, passaram a ser aplicadas a crimes políticos, com a equiparação dos delinquentes terroristas à delinquentes de difícil correcção.

As medidas de segurança eram, porém, ainda de carácter não detetivo, mas com a criação, em 1949, do Conselho Superior de Polícia (CSP) a medida de vigilância especial para os que já tivessem sido condenados por crimes contra a Segurança do Estado, de um a três anos, passou a ter carácter detetivo, cabendo à PIDE propor a sua aplicação e prorrogação. Entre 1954 e 1960, a história da PIDE foi marcada pelo endurecimento e aumento dos seus poderes.

Em 1954, foi criado um quadro da PIDE nas colónias portuguesas e atribuídas funções de juiz aos elementos dessa polícia, desde o Director ao Chefe de Brigada. Por outro lado, a PIDE deixou de ter qualquer relação funcional com o Ministério Público, dependendo apenas dos Ministérios do Interior e do Ultramar. Foi também prolongado o tempo da prisão preventiva, de 180 para 360 dias. A PIDE podia, em teoria, prender sem julgamento e controle judicial, até um ano e seis meses, (Ibidem).

Na prática, porém, ela não precisava de recorrer a esse “bônus”, pois soltava, ao fim de 180 dias, e acto contínuo tornava a prender por mais 180 dias. Em 1956, um diploma agravou o regime das medidas de segurança permitindo-as por períodos indeterminados

de seis meses a três anos, prorrogáveis por três períodos sucessivos de três anos, mesmo nos casos de presos absolvidos. Além disso, esse período de detenção era cumprido nas prisões à guarda da PIDE, excepto nos casos dos presos, em prisão maior, que permaneciam, nesse período, em Peniche, prisão gerida pelos serviços prisionais, (Ibidem).

O ano de 1965, foi muito duro, não só porque foi aquele em que ocorreu o assassinato pela PIDE do General Humberto Delgado e da sua secretária, Arajarir Campos, em Badajoz (Espanha), como porque se assistiu então a um aumento da violência nos interrogatórios feitos por essa polícia. Os presos da Frente de Acção Popular/Comité Marxista-Leninista Português (FAP/CMLP), organização de extrema-esquerda nascida depois de uma cisão maoísta no PCP, foram todos sujeitos à violentas torturas. Por seu turno, os funcionários do PCP então detidos foram sujeitos à torturas cada vez mais violentas, (Irene, 2011:11).

Do ponto de vista da profissão e classe social, mais de 60% de todos os presos políticos eram trabalhadores manuais indiferenciados das cidades e do campo, quase 20% pertenciam aos sectores do comércio e dos serviços e cerca de 11% eram membros das profissões liberais, estudantes ou profissionais de alto estatuto social, ou seja, da classe média e até alta. Se a estes últimos, se juntarem os negociantes e comerciantes, a percentagem quase chega aos 20%. Por outro lado, quase metade, 42,4% dos presos políticos, eram naturais e/ou viviam no Algarve, Alentejo, na margem sul do Tejo e na Grande Lisboa, ou seja, no sul do país e nas grandes cidades, (Irene, 2011:18).

Irene Pimentel, afirma no seu artigo que, em 1954, o DL nº 39 749, de 9 de Agosto, redefiniu a orgânica e competências da PIDE, sendo-lhe atribuídas funções de juiz, na instrução preparatória dos processos, ao Director, Sub-Director, Inspector Responsável e eventualmente a Inspectores-Adjuntos, Sub-Inspectores e Chefes de Brigadas. Assim, foram definidas como competências da PIDE a serem observadas, nomeadamente:

- Àqueles que fundem associações, movimentos e agrupamentos de carácter comunista;
- Aos que fundem associações que exerçam actividades subversivas ou que tenham pôr fim à práticas dos crimes contra à Segurança do Estado ou que utilizem o terrorismo como meio de actuação;

- Àqueles que adiram a tais associações, movimentos ou agrupamentos, aos com eles colaborem;
- Aos que seguirem as suas instruções, com ou sem prévio acordo;
- Àqueles que possibilitem conscientemente as referidas actividades subversivas, fornecendo local para reuniões, subsidiando-as ou permitindo a sua propaganda (Pimentel. P:72).

Na chamada metrópole, não nas colónias em guerra, o tempo de prisão preventiva começou a contar por inteiro nas penas de prisão sentenciadas pelo tribunal plenário e a grande novidade, nesse ano de 1972, foi a abolição das medidas de segurança de internamento para os delinquentes políticos.

CAPÍTULO IV

1. MANIFESTAÇÃO DA TORTURA COLONIAL NA ZONA SUL DE MOÇAMBIQUE 1964-1974

1.1. Do Ibo ao Algarve: Da tortura à morte

Os números de crimes cometidos pela PIDE/DGS em Moçambique, são tão elevados que seria praticamente impossível denunciá-los. Da prisão do Ibo, passando pelos campos de operações no teatro de guerra e fora dele, e acabando no Quartel-General do crime. A famigerada “Vila do Algarve” ao fundo da Av. Afonso de Albuquerque (actual Av. Martires da Machava), no sofisticado Bairro da Polana, em Lourenço Marques, é onde se desenhava todo um mundo de horrores.

Primeiramente na Vila do Algarve, vivendo com jardim airoso, florido e bem cuidado, com caves e mais caves recheados de artigos de toda a espécie e para fins suspeitíssimos, pressupondo logo ali verbas ilimitadas para a organização e depois no edifício vermelho, ao fundo a Av. Pinheiro Chagas, onde se localizava a hedionda sala de tortura denominada Kula.

Foram várias as formas de tortura no período em causa, a tortura física, na generalidade, era efectuada através de espancamentos com cavalo-marinho, pau, palmatória, visando sobretudo as mãos, pés, as nádegas e as espáduas. Os espancamentos nomeadamente com cavalo-marinho, eram de tal modo selváticos que ainda hoje muitos dos presos apresentam cicatrizes de rasgões profundos nas espáduas e ao longo da coluna, (Revista Tempo 195, p.45).

Por outro lado, assistia-se a outro tipo de tortura que consistia na obrigação de um preso permanecer em posições incómodas, muito dolorosas, por tempo indefinido. Para além destas e muitas outras, utilizava-se frequentemente o suplício da fome e da sede que levava geralmente o preso a morte. Quanto aos choques eléctricos, que muitos presos descrevem, foi introduzido nos últimos anos, através de uma máquina enviada pela PIDE de Portugal para Moçambique, (Revista Tempo195, p.45).

1.2. TORTURA DA VARA E OUTRAS

O preso era levado para a sala de torturas designada pelo nome de KULA, na qual logo que entrava deparava-se com manchas de sangue pelo chão, além dos instrumentos de

tortura (palmatórias, chicotes, cavalo-marinho, corrente de bicicleta e cordas). O preso era obrigado a despir-se, e a ajoelhar-se sobre uma vara no chão, a erguer os braços, bem levantados, esticados, colados as orelhas. E nesta posição era forçado a permanecer horas e horas seguidas, de manhã e de tarde, e se relaxasse os braços ou sequer baixasse ligeiramente, imediatamente era espancado ferozmente. E, como resultado daquele tratamento o preso era transformado num autêntico farrapo humano, inconsciente, fisicamente desfeito em carne sangrenta, com as mãos, pernas e as espáduas inchadíssimas e em carne viva, dedos partidos, tendões destroçados. Outras formas de tortura, era o espancamento na planta dos pés, (Museu, 2021:34).

1.3.A TORTURA DO SONO

Tortura do sono, que consistia em impedir o preso de dormir por períodos mais ou menos prolongados, para tal recorria-se a produção de ruídos incómodos ou mesmo com gravações de vozes de familiares ou amigos ou camaradas, recorria-se também à violência verbal e à violência física para que o preso não adormecesse nem tivesse descanso. Tortura da estátua por períodos mais ou menos prolongados, o preso era mantido em posição de cristo, por exemplo, ao mesmo tempo que o agente recorria ao uso rápido da violência, (Museu, 2011:43).

Agressão física directa, geralmente, era praticada por grupos de agentes que espancavam, desferiam bofetadas, socos, pontapés, arrancavam unhas, davam pancadas nos testículos ou nas mamas no caso das mulheres, nas pernas e nos pés, fazendo os presos caminhar com os pés feridos.

Os instrumentos usados para tortura podiam ser os mais diversos, como cassetetes, cacetes ou varapaus, chicotes, soqueiras, objectos pontiagudos, uso de algemas e de cordas para maior sujeição do preso, luzes fortes a incidir sobre os olhos dos presos. Além da agressão física, a polícia usava outros métodos de tortura como queimaduras com cigarros, choques eléctricos, picava com agulhões para gado, colocava um tipo de “capacetes” ligados à electricidade que provocavam choques e queimaduras.

Eram infligidos aos presos e presas tratamentos humilhantes como o desnudamento de mulheres, arrastamento pelos cabelos, ofensas e insinuações de carácter sexual para diminuir o preso, não tinham permissão para uso de instalações sanitárias, não era

respeitada a privacidade nos lavabos. As agressões psicológicas contra familiares e amigos eram permanentes, com chantagem emocional e ameaças de prisão para estes.

Eram feitas insinuações sobre outros presos dando a entender que havia colaboração com a polícia ou fazendo comparações com a boa-vida que poderiam levar se confessassem ou colaborassem com a polícia. Em geral, visavam salientar que, o preso estava só e abandonado, ou fora traído. A coacção psicológica para aterrorizar o preso, podia ainda passar pela simulação de afogamento (waterboarding), o isolamento de longa duração, a utilização de gravações no decurso de interrogatórios, a sobrelotação das celas tendo em vista a despersonalização do preso. Em extremo, podia haver exibição de cadáveres para intimidar os presos ou a simulação de execuções com pistola.

Os castigos podiam ir da recusa de alimentos à proibição de recreios ou corte de correspondência e de visitas ou ainda a ausência de assistência médica e medicamentosa. Além dos horrores que acima ficam descritos, a polícia política matava. Actualmente estão documentadas mais de uma centena e meia de mortes de resistentes antifascistas às mãos das polícias políticas. Muitos foram torturados até à morte, assassinados a tiro à queima-roupa ou em acções de protesto, durante perseguições a clandestinos ou por outros meios de violência extrema, (Museu, 2011:45).

Seis meses antes do 25 de Abril, ainda se torturava em massa e até à morte na prisão política da Machava, em Moçambique. Uma investigação da revista Expresso, que reproduzimos com a devida vénia -, que teve acesso a documentos inéditos da Cruz Vermelha Internacional e da Igreja Protestante Suíça e falou com as principais testemunhas, comprova que esta, era a pior das prisões portuguesas de África durante a guerra colonial.

Jacques Moreillon é um dos delegados mais experientes do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), já visitou dezenas e dezenas de prisões políticas por todo o mundo. A Machava, em Lourenço Marques (actual Maputo), é mais uma. É dia 30 de Outubro de 1973. A inspecção vai no segundo e último dia, tido parece normal, mas a intuição diz-lhe que é engano.

De Genebra, Sede da Suíça, tinha recebido informações seguras sobre maus-tratos e até torturas, e que devia procurar no pavilhão nº5. É o que faz, “senti que a atmosfera era muito bizarra”, recorda Moreillon, na sua casa nos arredores de Genebra. “Naquela época, falava bastante bem português e achei os presos muito reticentes, mais do que o costume e mais do que os de outros pavilhões. Até que, ao chegar à última cela, perguntei a quem lá estava se fora espaçando. Ele respondeu-me: “ainda não...” Como assim? quis saber. “Ainda não chegou a minha vez”.

E os que eu já vi? “Todos os que já vi foram torturados”, sussurrou. “Mas nenhum deles se queixou”, estranhei. “Então, senhor Delegado, volte lá atrás, leve consigo o seu colega médico, fale outra vez com eles, faça-os despir a camisa e eles que mostrem as costas.” Foi o que fiz. Tinha razão. O meu colega, o dr. Leu, tomou nota de tudo, para poder fazer uma descrição precisa no nosso relatório”.

Quando os delegados da Cruz Vermelha deixam para trás os pesados portões da cadeia da Machava sentem a garganta seca e um aperto de coração. “Trazíamos uma enorme lista de 45 presos que se haviam queixado de sevícias, 32 dos quais com marcas bem visíveis no corpo.” Desde 1965 que a CICV fazia visitas regulares às prisões políticas da África portuguesa, desde o Tarrafal, em cabo Verde, até São Nicolau, em Angola. Mas nunca tinha visto nada semelhante.

Em Maio de 1971, 33 membros da congregação Padres Brancos haviam sido expulsos de Moçambique. Reflectindo sobre este gravíssimo incidente, o departamento missionário da igreja protestante suíça questiona-se sobre o sentido evangélico da sua permanência em Moçambique, onde se instalara quase um século antes. Na província portuguesa do Índico havia 40 missionários, entre os quais o pastor Marcel Vonnez, o seu representante junto das autoridades. Nascido em 1933, com formação de agrónomo, chegara a Lourenço marquês em 1966.

1.4. DEZENAS LEVADOS EM JIPES

Marcel Vonnez vivia em Lourenço Marques, a cem metros da casa do pastor Zedequias Manganhela, presidente do IPM e um dos mais respeitados líderes protestantes da história de Moçambique. Num dia de Junho de 1972 “apareceu a polícia em jipes e

levou várias dezenas de africanos”, conta Vonnez, que assistiu a tudo. Oficialmente foram detidos 31 membros da IPM, incluindo o vice-presidente, Casimiro Matié, e o próprio Manganhela.

A polícia fez uma razia entre as diversas comunidades protestantes, suspeitas de apoiarem a guerrilha da FRELIMO: presbiterianos, congregacionais, wesleyanos, adventistas, sionistas. Vonnez calcula em 1010 o número de prisões efectuadas entre Maio e Junho de 1972. A igreja suíça enviou uma delegação a Moçambique, para pressionar a libertação de Manganhela e companheiros. O pastor Georges Andrié foi um dos emissários. Nada conseguiu, a não ser a autorização para uma celebração ecuménica na prisão.

A santa ceia – o rito equivalente à eucaristia católica – realizou-se a 8 de Setembro, no campo de futebol. “Quando partilhamos o pão e o vinho, estamos a dizer que somos homens e irmãos perante Deus”, explica Marcel Vonnez, um dos celebrantes. Alguns funcionários da Direcção-Geral de Segurança (polícia política portuguesa) recebem o pão e o vinho das mãos do pastor Manganhela. Entre eles está o inspector Francisco Lontrão, o mais temido dos torcionários. Os pastores suíços não mais esqueceram as palavras do colega: “Sr. Inspector, acabou de acontecer algo extraordinário. Comungou connosco! Isso significa que existem, doravante, novas relações entre nós”.

Georges Andrié escreverá num opúsculo: “ Foi para mim um dos mais autênticos e dramáticos testemunhos que tive o privilégio de ouvir e de receber” – “Moçambique. No cúmulo do sofrimento (1972-1974) ”. Foram as últimas palavras que os protestantes ouviram de Zedequias Manganhela: semanas depois foi encontrado morto na cela.

1.5. INTERROGATÓRIOS NA VILA ALGARVE

Os interrogatórios decorriam na Vila Algarve, a sede da DGS. As sessões prologavam-se entre um dia e várias semanas. Se não falavam – recordará o pastor Vonnez, numa carta -, a polícia não tardava a chamar um dos africanos preparados para esse efeito e batiam. Primeiro nos dedos, depois nas costas.” Os principais responsáveis da DGS eram, Francisco Lontrão, Antero Semblano, Santos Correia, Luís Lemos. O agente africano, famoso, famoso e odiado entre os detidos, é “Chico Feio”.

A polícia tentou arranjar provas para acusar a IPM de colaborar e financiar a Frelimo, o que poderia levar a proibição das suas actividades e à expulsão dos missionários. Ninguém desconhecia a estreita ligação entre Manganhela e Eduardo Mondlane, o fundador da Frelimo, assassinado pela PIDE (antecessor da DGS) em 1969. “Mas a verdade”, assegura Voncez, “ nos nossos cultos, a que toda a gente podia assistir, nem uma só vez se falava da Frelimo”.

A morte de Manganhela é anunciada a 11 de Dezembro. As autoridades insistiram na tese de suicídio, firmemente rejeitada por Marcel Voncez. “Conheci-o muito bem, viajei com ele por todo o território de Moçambique, não era homem para se suicidar. Sempre confiou em Deus e suicidar-se seria cortar ligação a Deus”. O serviço fúnebre decorreu no templo do Khovo, na capital. “Havia uma multidão, silenciosa e digna, que enterrava o seu mártir e dizia interiormente “viva a Frelimo!”. O rosto do cadáver está retocado, por forma a disfarçar sinais de violência. Visível apenas uma mão, estranhamente coberta por uma luva. Só mais tarde Voncez perceberá porquê: as unhas teriam sido arrancadas sob tortura.

Pouco antes de Manganhela haviam falecido na Machava dois outros cidadãos da IPM: José Sidumo e Cardoso Ntamele. Tanto quanto se sabe, os corpos desapareceram. O pastor Georges Andrié reteve um impressionante depoimento de Hans-Theodor Thomsen, um antigo legionário alemão acusado de colaborar com a Frelimo. Evadido da Machava, Thomsen contou à igreja protestante suíça que durante os dez meses em que ali viveu morreram 50 pessoas em consequência de maus – tratos. “Os corpos eram atirados para uma fossa que servia de lixeira da prisão. Depois disso, essa foi entulhada e fizeram um jardim.

1.6. UM BRANCO EM QUEM CONFIAR

A morte de Manganhela suscita uma tal condenação internacional que, no fim do ano, Lisboa determina a libertação do grupo da “missão suíça” – 37 ao todo. Nas semanas seguinte, Marcel Voncez interroga-os. “Convidei-os e muitos vieram por si próprios. Tinham vontade de contar tudo e mostrar as marcas no corpo. Via nos seus olhos a cólera contra os brancos, mas confiavam em mim. Vivia com eles, aprendera a língua xangana, adoptara três crianças moçambicanas, o que era qualquer coisa subversiva. Em

África, até me esquecia que era branco...” Esta confiança permiti-lhe que fotografe as cicatrizes bem vincadas na carne. Fotos que entretanto se perderam.

Revoltado com quanto viu e ouviu, Vonnez interroga a igreja suíça. “Que vamos nós fazer, qual é o passo seguinte?” Uma pergunta a que o próprio responde: “ A primeira coisa a fazer é contactar um representante da Cruz Vermelha Internacional.” Nos nove pavilhões calcula que haveria “entre 1800 e 2700 prisioneiros”. Chama a atenção para os pavilhões 5 e 7.

1.7. REGRA DE OURO: NUNCA COMEÇAR PELA PRIMEIRA CELA

Pacientemente, Vonnez começa a descrever a prisão. “Para perceber melhor o que se passara, e com a ajuda da nossa gente, comecei a fazer um desenho. O bloco 5, onde é? O 2, onde fica? Só lá tinha ido uma vez mas fui reconstituindo o seu interior.” O resultado é um relatório de 25 páginas, em francês, concluído em Abril de 1973, a que chama “Testemunhos sobre os acontecimentos ocorridos em Junho-Dezembro 1972 na prisão de Machava (Lourenço Marques). Em anexo, traz alguns mapas, com a localização dos pavilhões, assinalando aqueles onde estariam presos de mais envergadura ou a ser interrogados. O “relatório Vonnez”, sai discretamente de Moçambique nas mãos de um anónimo, que o faz chegar à Suíça.

Uma vez na posse da igreja protestante suíça, os dados do “relatório Vonnez” não tardam a chegar ao conhecimento de Jacques Moreillon. Funcionário do Comité Internacional da Cruz Vermelha, fora o representante na América do Sul e desde Julho de 1972 que é o Delegado-Geral para África. “O CICV tinha e continua a ter várias fontes de informação”, confirma Moreillon. “Uma era o Departamento Missionário protestante da Suíça francófona. Outras são a comissão Internacional de Juristas e Amnistia Internacional.

A CICV visita regularmente as prisões da África portuguesa: Cabo Verde, Guiné, Moçambique. Estabelecimentos com milhares de prisioneiros políticos, suspeitos de pertencer aos movimentos de libertação envolvidos nas três guerras. Visitas necessariamente autorizadas pelo Governo de Lisboa, que sempre haviam incluído entrevistas aos presos sem testemunhas – uma condição considerada absolutamente sine

qua non. Como sublinha Jacques Moreillon, que viria a ser director-geral da CICV, “um preso que é maltratado ou torturado não exprime livremente diante do seu torcionário”.

A Machava fora alvo de quatro inspecções desde 1966. A partir do cruzamento de várias informações, Moreillon percebeu que a última, efectuada em 1972 por Henry Santschy, “decorrera com alguns problemas”. Decidi lá voltar, tão cedo quanto possível. “Procurei saber onde podia meter o dedo para identificar os presos susceptíveis de terem sido torturados. Sei agora que a fonte de informação foi o “relatório Vonnez”, – mas só soube há algumas semanas, quando comecei a preparar a entrevista ao Expresso.”

O CICV chega a Lourenço Marques a 27 de Outubro de 1973. Os três delegados – Jacques Moreillon, Nicolas de Rougemont e François Leu – percorrem a Machava nos dias 29 e 30. Na mais importante das cadeias da colónia portuguesa do Índico estão, segundo o CIRC, 1994 presos políticos. “Sabia que era preciso ir ao pavilhão nº5, era lá que estavam os presos que importava ouvir.” Em visitas deste género “há uma regra de ouro. Quando se entra num pavilhão, nunca se deve começar pela primeira cela. Pelo contrário: Há que percorrer o corredor até ao fim, lentamente, para que os detidos nos possam ver através das janelas abertas ou entre as grades, e saibam que, na volta, quando sair, o delegado voltará a passar diante da cela. Cada delegado vai identificado com um grande emblema da Cruz Vermelha, preso ao braço ou na lapela. “Devemos passar diante das celas sozinhos, para dar confiança e coragem aos detidos (o País, 13.03.2012).

É nesta visita que alguém, interrogado sobre se fora espancado, segreda: “ainda não...” Um murmúrio diz tudo, que Moreillon nunca mais esqueceu e que lhe permitiu detectar um vastíssimo quadro de violência e tortura. Conhecedor da língua portuguesa, dispensa intérprete. “Tinha realmente essa vantagem. Quando em 1964 o Ministério do Ultramar convidou um grupo de estudantes do Instituto dos Altos Estudos Internacionais de Genebra para visitar Angola e Moçambique, decidi aprender português. Foi uma viagem de dois meses, de propaganda, mas muito agradável. Fomos acompanhados pelo Pedro Feytor Pinto e ficámos amigos para sempre”.

Moreillon e o médico François Leu escutam e observam atentamente uma centena e meia de prisioneiros. Só no pavilhão nº5, como se lê no respectivo relatório, “45 detidos

afirmaram terem sido espancados” durante os interrogatórios; “ dentre eles apresentavam sinais característicos de sevícias (...); 33 detidos disseram que não haviam sido espancados, mas há que assinalar que alguns deles tinham vestígios característicos de sevícias prováveis e recentes”. Foram apuradas ainda “numerosas alegações relativas a maus-tratos mais antigos, que teriam sido cometidos fora da Machava”. O instrumento utilizado tanto era o cavalo-marinho, a palmatória ou o chamboko (chicote de pele de Hipopótamo) (o País, 13.03.2012).

O relatório expõe os 45 casos, um a um, com a menção do nome, cela, data de entrada na prisão, queixas e, por último, os sinais confirmados pelo médico da Cruz Vermelha. Alfredo Sithoe é talvez o mais chocante: “espaçando em todo o corpo e no rosto”, com sérias lesões na nuca, tórax, perna direita, mãos e pálpebra esquerda, Quanto a Danji Sidi, fora agredido na manhã da própria visita por dois europeus – “um espancava e outro batia a máquina”. A violência é quase sempre imputada a um africano chamado “Chico”, por vezes na presença de um agente europeu da DGS, de nome João (o País, 13.03.2012).

Um relato verbal deste quadro é feito no fim da visita ao inspector Francisco Lontrão. O PIDE justifica-se, dizendo que eram “bandidos” ou “bandoleiros vulgares”, que “aterrorizavam as populações”; detidos em rusgas pela PSP, “resistiam” e eram entregues à DGS “já com as marcas das palmadas”. Lontrão está em contacto permanente com o director da DGS de Lourenço Marques, Pereira de Castro, o governador-geral de Moçambique, Pimentel dos Santos, e o ministro do Ultramar, Silva Cunha. O governador avisa o ministro que os delegados “tencionam tentar uma ida a Wiriamu – o local do terrível massacre de civis, perpetrado por uma força dos Comandos e cuja denúncia, em Julho anterior, chocara a opinião pública mundial. Silva Cunha alarma-se e responde através de telegrama: “Não devem ir a Wiriamu” (o País, 13.03.2012).

1.8. FAZER CHEGAR A CARTA AO MARCELO CAETANO

A cadeia que se segue é a de ponta Mahone, a sul da capital, para onde a DGS havia transferido dois padres espanhóis, por forma a evitar que se avistassem com a Cruz Vermelha na Machava. Lontrão acompanha os homens do CICV. No barco que

atravessa o rio Tembe, o inspector pergunta ao suíço quem o autorizara a falar com os prisioneiros sem testemunhas. Disse-lhe que era um procedimento habitual, autorizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. “Mas nós dependemos do Ministério do Ultramar, não do MNE”, respondeu Lontrão. E comunicou-me que Lisboa tinha proibido mais entrevistas a sós com presos. Disse-lhe então que, nessas condições, não entraria em nenhuma prisão, e regressei a Lourenço Marques” (o País, 13.03.2012).

Interrompida a visita a Moçambique, Moreillon apanha o primeiro voo para Lisboa, onde chega a 2 de Novembro. No avião, redige à mão o relatório sobre a Machava. “Em Lisboa fui logo ter com o meu amigo Pedro Feytor Pinto. Director de serviços da Secretaria de Estado da Informação e turismo, Feytor Pinto trabalha no Palácio Foz e recorda: “ Eu tinha a meu cargo as relações com os jornalistas estrangeiros, conhecia muito bem o Jacques Moreillon e tinha acesso directo a Marcello Caetano. Para Moreillon, era vital que o chefe do Governo conhecesse o relatório. Lembro-me do Pedro a tirar foto cópias, numa máquina a álcool, muito lenta, após o que a enviou a Caetano.” O suíço tem pressa: “Era muito importante que a visita fosse retomada o mais cedo possível, a fim de rever todos os nossos informadores e queixosos e evitar que sofressem represálias” (o País, 13.03.2012).

Outra cópia do relatório, de carácter confidencial, é entregue por Moreillon ao director-geral dos Negócios Políticos do MNE, Freitas Cruz. Num documento classificado de secreto, o embaixador regista a sugestão para que se proceda “com a possível brevidade a um inquérito”. Instado pelo embaixador, Moreillon é peremptório em afirmar que nunca manifestou qualquer desejo de visitar Wiriamu, um caso que não era da sua competência nem do CICV”.

Acossado, o inspector Lontrão dá a sua versão, num relatório de dez páginas. Estes delegados não agiram da mesma forma” que os anteriores, queixa-se. “ Resolveram visitar cada um dos pavilhões, que são nove, cela por cela (...) sendo visível a diligência cuidadosa dos delegados em meterem o nariz em todos os cantos. Insistiam com os presos “para que lhes dissessem se lhes tinham batido”. Pior: Obrigavam os presos a despir as camisas para lhes verem as costas.” Dias depois, sentindo-se “profundamente chocado” com a actuação do CICV, Lontrão apresenta a carta de demissão, prontamente aceite (o País, 13.03.2012).

1.9. DGS DEFENDE-SE COMO PODE

A versão final do relatório do CICV é enviada a 5 de Novembro a Marcello Caetano. Escrito em Francês, o documento tem o título “Alegação de maus-tratos na Machava, Outubro de 1973”. A acompanhá-lo, Roger Gallopin, um dos seus principais dirigentes do CICV, apela a Caetano: “Não duvidamos que o seu governo tomará as medidas que se impõem”. E insiste na urgência de uma nova visita à Machava. A resposta de Caetano é positiva. Sem nunca falar em inquérito, afiança que “mandou imediatamente ouvir as autoridades locais” e que “determinou que (...) sejam efectivadas responsabilidades”. Numa “nota verbal” enviada para São Bento, Mordillon manifesta satisfação pelo facto de Caetano ter “ordenado o inquérito que se impunha” e indaga quando poderá retornar a Moçambique (o País, 13.03.2012).

Ameaçada com um inquérito, a DGS de Lourenço Marques defende-se. Condena o CICV pelo “propósito deliberado” de “vasculhar todo o espaço prisional sem qualquer testemunha”. Reconhecendo finalmente alguns maus-tratos, argumenta que resultaram “de incidentes não raro inevitáveis no curso de interrogatório dos presos de certo tipo de delinquência”. As inquirições limitaram-se a meia centena de indivíduos, que representa 3,5 por cento do total de reclusos” num centro que “pretende ser... mais uma escola de virtudes cívicas”. O documento admite “um ou outro aspecto” de classificação negativa”, mas sublinha que já “foram afastados para outros serviços dois dos funcionários” (o País, 13.03.2012).

Também o governador-geral de Moçambique não quer inquéritos. Num ofício secreto” e “muito urgente” ao ministro do Ultramar, Pimentel dos Santos espera que se dê “a questão por encerrada com a substituição do inspector Lontrão e outros elementos da DGS”. Já o director da DGS de Lourenço Marques não esconde o seu pânico perante o cenário de uma investigação independente à sua corporação. Em carta ao seu superior, Silva Pais, pereira de Castro alerta para “o grande melindre e as situações imprevisíveis que poderiam advir de um inquérito ser feito por entidade estranha à DGS” (o País, 13.03.2012).

1.10. “FOI TERRÍVEL”

Volvido um mês sobre o envio do relatório ao Governo, a direcção do CICV, em Genebra, emite um comunicado dando conta do “desacordo” sobre a visita a Moçambique. Noticiado pela imprensa internacional, em Portugal o Exame Prévio trata de o censurar. Instado a dar a sua opinião, Feytor Pinto observa que “ um recomeço das visitas (...) seria, de um ponto de vista de opinião pública, extremamente salutar”. No despacho, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, dá um parecer favorável (o País, 13.03.2012).

Garantido finalmente o respeito pela sacrossanta regra das entrevistas sem testemunhas, Moreillon regressa à Machava em Janeiro de 1974. “Quis saber junto dos prisioneiros o que se tinha passado depois da minha visita. “Foi terrível” disseram todos com quem falei; foram horrivelmente maltratados.” A polícia perguntava a cada um: “Falaste com a Cruz Vermelha? Então toma, esta é pela Cruz Vermelha...” Até que um Dezembro chegou uma pessoa que nunca tinham visto, vinda especialmente de Lisboa, diante da qual toda a gente se inclinava. Viu e falou individualmente com todos os que tinham estado connosco. Depois “Chico- Feio” desapareceu e, a partir daí, mais ninguém foi molestado” (o País, 13.03.2012).

1.11. NUNCA MAIS CORTOU A BARRA

O novo quadro é confirmado por uma nova missão do CICV, que percorre os centros de detenção de presos políticos em Moçambique. O respectivo relatório, de 22 de Fevereiro de 1974, refere maus-tratos na Beira, Nampula e Quelimane. Na Machava, porém, nada a apontar. No ofício que acompanha o relatório, Roger Gallopin, da direcção do CIRV, manifesta a Caetano o seu regozijo: “ a tortura acabou ” na Machava, o que demonstra que “a intervenção das altas autoridades da metrópole foi simultaneamente necessária e suficiente”(o País, 13.03.2012).

Com 73 anos, reformado, Jacques Moreillon não esconde a “satisfação pessoal e institucional” por este desfecho. “Esta é uma história exemplar e que felizmente acabou bem porque pôs fim à tortura, que fazia parte de um sistema institucional. Quando não há resultados, perde-se um pouco a moral”. Adverte, porém, que a história “só ficará

completa quando os arquivos do CICV sobre esta época forem acessíveis públicos”. O que só acontecerá em 2015 (o País, 13.03.2012).

Depois da independência de Moçambique, Samora Machel decretou o encerramento das missões protestantes. O pastor Marcel Vonnez regressou à Suíça em 1976, com a mulher e os cinco filhos adoptivos, dois brancos e três negros. Não mais voltou a Moçambique. E também nunca mais cortou a barba, que começou a deixar crescer, num jeito de homenagem, no dia em que o amigo Manganhela foi morto (o País, 13.03.2012).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise em torno da tortura colonial no sul de Moçambique entre 1964-1974, bem como das suas determinantes socio-políticas, é pouco comum, onde, existem poucas abordagens e constatações. A lista de autores que abordam em torno da tortura colonial não é extensa, conforme supracitado, onde destacamos os seguintes: IGLESIAS, que fala em torno da clandestinidade e resistência; Irene Pimentel que aborda aspectos relacionados com a polícia Internacional de Defesa de Estado e vamos ter o João Figueredo, cujo artigo fala dos assuntos políticos. Portanto com a conjugação dos elementos trazidos pelos autores acima mencionados, chegou-se a algumas constatações. Em primeiro lugar cabe ressaltar que a tortura colonial foi praticada em todo território nacional e em todas colónias Portuguesas em África e tinha como o principal objectivo dessas ta inviabilizar as tentativas dos moçambicanos de lutar pelos direitos de independência e soberania, as torturas colónias levadas a cabo pela PIDE vieram a acentuar-se principalmente nos anos de 1960, depois da fundação ou formação da FRELIMO, o governo colonial Português usou como instrumento opressor a PIDE. Portanto, aos Moçambique ou a todos aqueles que se opunham ao regime colonial, por assim dizer, os principais alvos da PIDE eram os membros da FRELIMO, opositores do sistema colonial português.

O colonialismo surge, em si próprio como o principal determinante sócio-político para manutenção da violência e torturas em Moçambique. Tal posicionamento justifica pela estrutura colonial que usava a violência como elemento estruturante das relações de poder entre os colonos e os indígenas.

Pelo que, tendo em conta os nossos objectivos e a nossa questão de partida, somos levados a crer que, as torturas não podem ser vistas como variáveis únicas da violência colonial. As torturas decorridas e registadas durante a luta colonial foram legitimadas politicamente pela guerra de luta pela libertação nacional.

Em suma, as torturas protagonizadas pela PIDE durante o período supracitado foram sendo justificadas como um mecanismo de protecção ao estado porém demonstraram um atropelo total aos direitos dos indivíduos.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Artigos:

1. BARBOSA, Muryatan. (2017). **Tortura e configuração colonialista: uma leitura fanoniana do livro tortura na colonial de Moçambique (1963-1974);**
2. ANDERSON, Perry. (1966). **Portugal e o Fim do Ultracolonialismo.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,
3. CASTELO-BRANCO, Nuno. (2011). N. 8. **Desafios da Mobilização de Recursos domésticos: Revisão crítica do debate;**
4. CESCO. (2011). **Manual do empreendedor: Moçambique.** Portugal;
5. PIMENTEL, Irene Flunser. (2011). **A Polícia Política do Estado Novo Português: PIDE/DGS História, justiça e memória;**
6. ZENHA, Francisco Salgado. (1969). **Quatro Causas.** Lisboa, Moraes editora;
7. CHERKI, Alice. (2006) **Frantz Fanon: a portrait.** Ithaca, NY: Cornell University Press, .
8. FANON, Frantz. (2005). **Condenados da terra.** Juiz de Fora, BH: UFJF,
9. VARIOS AUTORES.(1997) **Tortura na colônia de Moçambique: 1963-74. Depoimentos de presos políticos.** Lisboa: Afrontamentos.
10. DAIE, Fábio Salem. (2015). **Malangatana E A Máquina De Guerra Ultracolonialismo Português E Estratégias De Resistência.** ContraCorrente: revista de estudos literários e da cultura / número 7. p. 75-84

Monografias e dissertações:

11. BORGES COELHO, João Paulo. (2007). **Memória das Guerras Moçambicanas.** Conferência, Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia;
12. CABAÇO, José L. (2009). **Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação.** São Paulo: Unesp;
13. MALOA, Tome Miranda. (2016). **História da economia socialista moçambique.** Universidade de São Paulo, (Dissertação em Historia económica);

14. MUANAMOHA, Ramos Cardoso. (1995). **Tendências Históricas da Distribuição Espacial da População em Moçambique**. Universidade federal de Minas Gerais (Mestrado em Demografia).

REVISTAS:

15. MBEMBE, Achille. (2001). **As formas africanas de Auto inscrição**. Revistas Estudos Afro-asiáticos. Salvador, UFBA, ano 23, n.1;
16. REVISTA TEMPO. **Dossier PIDE/DGS**.

LIVROS:

17. ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de. (2003). **A Reforma da Justiça Criminal em Portugal e na Europa**. Coimbra, Almeida
18. MANGUE, João; et al. (2011). **Aspectos Sociais, Económicos, Demográficos e de Saúde em Moçambique 1997-2007**. Maputo
19. MUCHANGOS, Aniceto dos. (1999). **Moçambique Paisagens e Região Naturais**. FBM;
20. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS. (1997). **Economia de Moçambique**;
21. FIGUEREDO, João. (2007). **Os jornais como actores políticos**. O diário de Noticiais, Expresso e Joral Novo no verão quente de 1975. Coimbra: Editora Minerva;
22. QUIVY, R. E CAMPENHOUDT, L. V.(2008). **Manual de pesquisa em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva.

OBRAS SE AUTORIA, DATA DE PUBLICAÇÃO

23.Museu nacional: **Resistência e Liberdade**;
24. COELHO, João Paulo Borges. **O estado colonial e o massacre de Mueda**: Processo de quibirite Divane e Faustino Vanombe;
25. FARIA, Ana Mouta. **Impacto da revolução de Abril de 1974 nas colónias: a libertação dos presos políticos e a extinção da polícia política (PIDE/DGS)**;
26. IGLESIAS, Olga. **Resistência e Clandestinidad**;

SITES ONLINE:

27. <https://www.google.com/search?q=cadeia+de+machava>. Acessado Em:
17/09/2023, pelas 15:00;
28. <https://www.google.com/search?q=cadeia+de+machava>. Acessado em:
17/09/2023, pelas 15:50;
29. <https://www.google.com/search?q=mapa+de+mocambique>. Acessado em:
17/09/2023, pelas 15:09.

ANEXOS

Anexo 1 ●



Fonte: <https://www.google.com/search?q=cadeia+de+machava>. Acessado Em: 17/09/2023, pelas 15:00

Anexo 2.



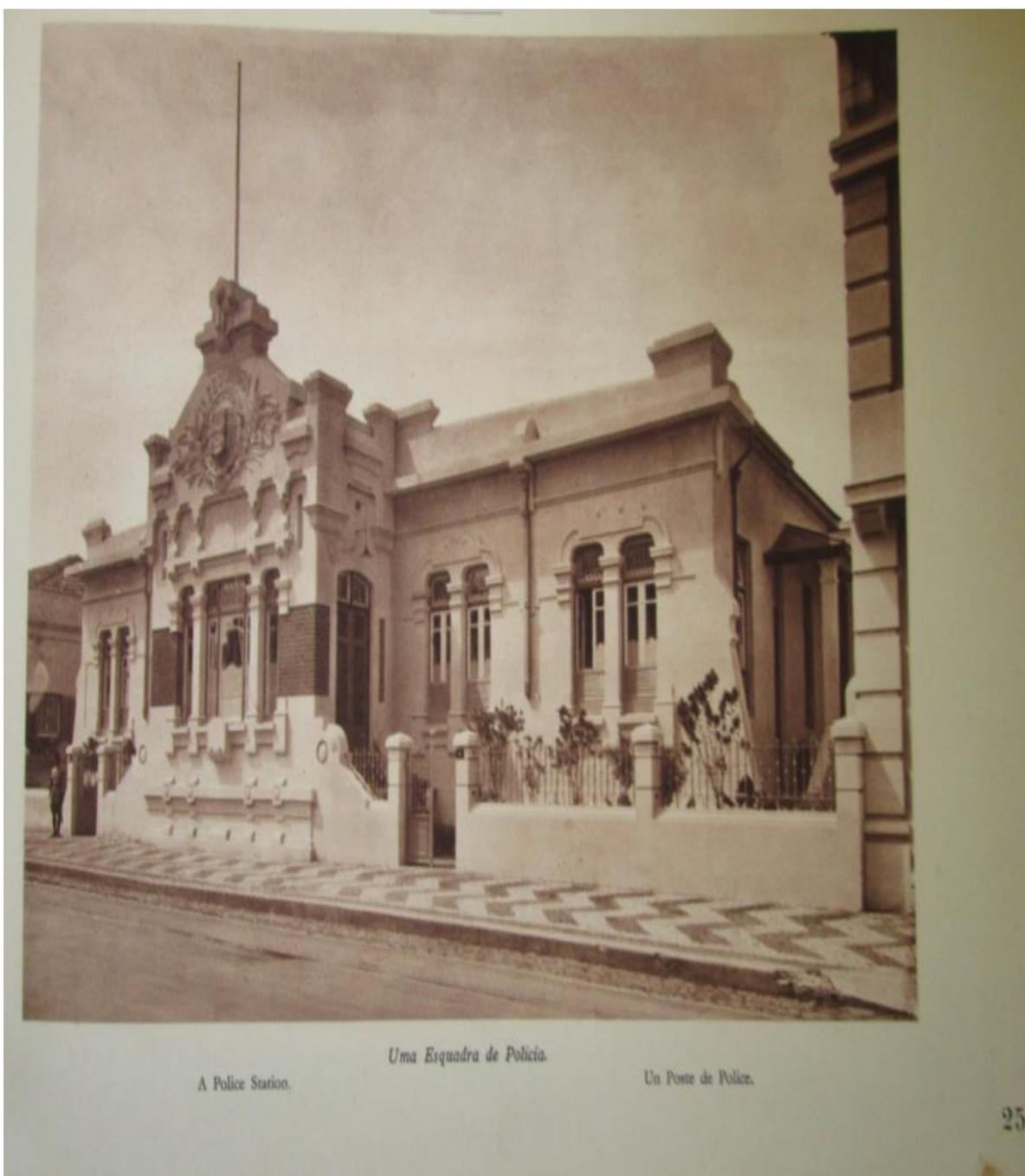
Fonte: <https://www.google.com/search?q=cadeia+de+machava>. Acessado em: 17/09/2023, pelas 15:50

Anexo 3.



Fonte: <https://www.google.com/search?q=mapa+de+mocambique>. Acessado em: 17/09/2023,

Anexo 4.



Uma Esquadra de Policia em Maputo. In: Rufino, 1929, p. 25.

Anexo 5.



A Cadeia civil na Sommershild. In: Malheiros, Mário, 1931, pp.20-21.

Anexo 6.



A “Vila Algarve”. Cadeia da PIDE/DGS em Lourenço Marques. Fotografia da Colecção da Autora (2014)

Anexo 7.



A Cadeia da Machava. Fonte consultada a 07-07-16. In:

Anexo 8.



A Penitenciaría Agrícola de Mabalane. In: *A Verdade*, 06-07-2012.

Anexo 9.



A Fortaleza de S. João Baptista. A Cadeia do Ibo. Fotografia da Coleção da Autora (2012).

Anexo 10.



Mesquita de Paquitequete (Pemba). Fotografia da Coleção da Autora (2012).

Anexo 11



Entrevistados no Paquitequete. Fotografia da Coleção da Autora (2012).